

Orçamento só paga oito meses do funcionalismo

Carlos Max

Brasília — A explosão inflacionária deste primeiro trimestre com taxas mensais superiores a 15%, provocará um estrago considerável na execução do orçamento fiscal, prevendo-se um colapso nos gastos com pessoal até o final de agosto. A lei orçamentária em vigor prevê Cz\$ 105 bilhões para as despesas com pessoal ao longo de 87, mas as novas estimativas do Ministério do Planejamento indicam que este total será, no mínimo, de Cz\$ 160 bilhões — 52,3% a mais.

Diante deste quadro, revelou um colaborador direito do ministro João Sayad, para cumprir rigorosamente a determinação presidencial de só gastar o efetivamente arrecadado, sem acréscimos no déficit público, os gastos com pessoal da União só dariam para oito meses, ficando os restantes meses do ano no vermelho. A solução técnica será o envio ao Congresso, em maio, do projeto de lei do excesso de arrecadação, tendo por base a nova realidade inflacionária.

Peça de ficção

O orçamento em vigor, encaminhado ao Congresso em 31 de agosto de 1986 e aprovado pelo Legislativo em dezembro, funciona hoje como uma verdadeira peça de ficção. Na mensagem que encaminhou ao Congresso naquela ocasião, Sarney assinalava as bases nas quais se elaborou o documento: "Meta governamental de inflação zero, crescimento de 7% para o Produto Interno Bruto (PIB) e manutenção do saldo da balança comercial em 12 bilhões de dólares". Nenhuma das três premissas, assinalam os técnicos do Planejamento, será confirmada pelos fatos ao longo de 1987.

A inflação, na melhor das hipóteses, ficará em 100%, o crescimento do PIB

não deve ultrapassar a 5%, numa projeção otimista, e o saldo da balança comercial, da acordo com a Cacex, não vai superar os 9 bilhões de dólares. Outro número que terá de ser alterado é o déficit do setor público (os gastos sem cobertura com subsídios, especialmente), fixados no orçamento em Cz\$ 95 bilhões e 500 milhões, equivalente a 2,5% do PIB. De acordo com os especialistas do planejamento, saindo de uma inflação zero para um cenário onde os preços deverão crescer 100%, não restará ao governo outra saída que não seja o corte nos subsídios porque, caso contrário, o déficit orçamentário dobrará para Cz\$ 199 bilhões.

Gatilho desequilibra

É grande o dilema da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), responsável pela elaboração do orçamento fiscal. Antes do final de março a SOF não terá condições de reestimar a inflação porque, no entender dos assessores de Sayad, não se pode trabalhar com "a hipótese terrorista" de taxas mensais da ordem de 15% ou 20%. A SOF está aguardando uma possível acomodação nos preços ou a aplicação de novo choque na economia para, em seguida, reestimar suas contas e encaminhar ao Palácio do Planalto o anteprojeto de lei orçamentária. Portanto, antes do final de abril nada de importante poderá ser feito com relação ao orçamento fiscal a não ser a natural contenção de gastos.

A SOF descobriu ainda que, com relação aos gastos com pessoal, o disparo do "gatilho" (reajustes automáticos sempre que a inflação acumulada atingir 20%) vai desequilibrar a folha de pagamento do funcionalismo. Com o disparo do primeiro gatilho, em janeiro, haverá um acréscimo de Cz\$ 21 bilhões na folha de salários.